

Problemas sugeridos por estimativas demográficas entre os índios Bororo

Renate E. Viertler - Antropologia USP

A elaboração de um quadro comparativo de dados demográficos relativos aos Bororo do Mato Grosso pelo período de 1827 a 1980 revelou diversos problemas.

Em primeiro lugar, ressalta a tendência por parte de autoridades administrativas em aumentar, pelo período que vai de 1870 a 1920, o número de indígenas com o intuito de obter maiores recursos financeiros. É notório o contraste entre tais censos feitos por administradores do governo da província de Mato Grosso e aqueles feitos pelos missionários que fornecem totais bem inferiores. Em 1901 por exemplo, autoridades da província estimam a população Bororo num total entre 5.000 a 10.000 almas embora esta tribo já estivesse sendo desfalcada por guerras e epidemias desde 1719, época do descobrimento das minas de ouro no Coxipó. Esta estimativa contrasta com a feita por missionários salesianos que, em 1910, dão um total bem menor - cerca de no máximo 2.000 Bororo. Tais exageros ou diminuições, intencionais ou não, só podem ser entendidas à luz da história político-econômica da época: a administração da província de Mato Grosso necessitava de mão-de-obra para as lides agrícolas já que, diferentemente da província de Minas Gerais, não dispunha de recursos para a compra de escravos africanos. Por isto, apregoava-se, em meados do século XIX, a ^{ne-}~~imp~~ ~~cessidade~~ ^{de} "pacificar" os Coroados (Bororo Orientais hostis que habitavam a bacia do rio São Lourenço no Mato Grosso) que, reduzidos em colônias militares no início da sua história de contatos com o branco, deveriam servir como mão-de-obra para a lavoura. Quanto maior o número de trabalhadores potenciais - índios - maiores as condições para alcançar um aumento de produtividade nas roças tão necessária a áreas de garimpagem e faiscagem.

Ora, as colônias militares do São Lourenço em vez de aliviar, passaram a onerar os cofres públicos, razão pela qual, ~~xxxxxxx~~ resolveu-se entregá-las às Missões Salesianas em inícios deste século. Para os religiosos, na medida em que os recursos não dependiam de poderes temporais, tratava-se de consolidar a catequese expandindo-a para áreas cada vez mais afastadas dos núcleos iniciais fundados às margens do rio das Garças com base na justificativa de que, para salvaguardar os cristãos da província, seria necessário procurar e catequizar os perigosos pagãos ainda espalhados pelo território. Estes deveriam ser imperiosamente procurados e amansados pelos religiosos a fim de liberar zonas de interesse político e econômico da província. Os censos feitos pelos missionários inscrevem-se pois em viagens de cunho expansionista auspiciadas pela ordem sediada na Itália em cooperação com a anuência do governo da província. Tais censos revelam contingentes populacionais bem menores que, por assim dizer, justificavam a necessidade em expandir a empresa missionária. Já mais tarde, dadas as frequentes ~~xxxxx~~ ^{dissensões} entre o S.P.I. e as missões religiosas, os salesianos enfatizavam o grande número de Bororo das aldeias por eles tuteladas em contraste com aquelas subordinadas ao S.P.I. Mais recentemente, tal processo de "florescimento demográfico" foi desmascarado por tentativas, por parte dos missionários, em estimular a fertilidade das mulheres Bororo sem que estas tivessem conhecimento desta orientação, o que, em outras palavras, representa reconhecer o insucesso da obra catequética no tocante à procriação espontânea por parte das mulheres Bororo das Missões. Em resumo, os dados demográficos publicados devem ser considerados com a máxima cautela, sendo imperiosa a necessidade de acesso a censos não publicados em arquivos missionários e governamentais infelizmente, na maioria das vezes, não abertos à consulta do investigador. Censos e estimativas adquirem a sua verdadeira dimensão social quando analisados à luz do material histórico da época, tornando difícil basear estimativas que possam ser realmente representativas de populações em contato interétnico.

Diremos também, a título de hipótese que existe atualmente uma tendência, por parte do governo em "sub-estimar" os contingentes de populações indígenas. Em contraste com a tendência em superestimá-las, tal como foi feito em inícios do século, a FUNAI redefiniu sua política econômica no sentido de concentrar-se no interesse prioritário não pelas populações tribais propriamente ditas mas por suas terras que, no contexto atual de pressões fundiárias características à Amazônia, devem ser racionalmente cultivadas no menor prazo de tempo possível sem ônus para o órgão tutor no sentido de empreendimentos auto-financeáveis a fim de garantir a continuidade do controle político e estratégico das diversas regiões interioranas do país. Desta perspectiva, o governo, tutor das populações indígenas, defende não o índio, mas as terras destes, sendo desprezível e até inoportuno um censo numérico bem feito da população indígena brasileira, razão pela qual tal tarefa recai sobre a Igreja e a comunidade dos antropólogos. Os dados demográficos chegam inclusive a ser totalmente negligenciados em circunstâncias tais como quando a FUNAI envereda por transações de glebas com particulares ou então quando já domina determinada área indígena por intermédio da implantação de projetos de desenvolvimento econômico ~~em áreas indígenas~~ quando os censos envolvem apenas a população representante da mão-de-obra local nele inseridos. A orientação empresarial destes projetos, por sua vez, aumenta a dependência das populações indígenas, acarretando concentrações demográficas ao redor de postos e missões que, evidentemente, distorcem os padrões tradicionais de estabelecimento das comunidades indígenas. Tais concentrações demográficas favorecem o argumento de que reservas territoriais extensas devam ser reduzidas já que não haveria necessidade de grandes extensões de terra para contingentes populacionais tão reduzidos que só devem chegar a sobreviver na condição de integrados e culturalmente assimilados às populações não indígenas, e, desta forma, subordinar-se às prioridades políticas desenvolvimentistas exigidas para a Nação. Dado o caráter imprevisível das formas de ocupação da terra por parte de grupos

menos privilegiados em áreas rurais brasileiras, das medidas econômico-financeiras estimuladas pelo governo federal e dos efeitos da crise internacional, torna-se difícil prever de que modo continuarão ou mudarão os padrões demográficos no Brasil rural, em especial os de populações de áreas de contato interétnico.

Quando se tenta esclarecer os padrões demográficos de populações tribais, é necessário baseá-lo na discriminação ^{de segmentos} / não só com base nos critérios do sexo e da idade mas também nos de natureza sócio-cultural tais como os critérios de "grupo doméstico", "grupo local", "grupo étnico", etc. Desconhecemos totalmente as características básicas da população Bororo antes do contato. Constatamos os processos demográficos apenas a partir da violenta depopulação iniciada em 1719 com os primeiros dados referentes a inícios do século XIX e que redundou num reduzido contingente de 620 Bororo para 1980. No caso Bororo, o acentuado processo de redução demográfica se deveu, inicialmente, às guerras contra eles travadas pelos brancos da área por mais de 150 anos, às epidemias transmitidas por contatos diretos e indiretos, a ataques de inimigos Kaiapó e Xavante e à manutenção de práticas tradicionais de infanticídio. Estas ~~práticas~~ últimas representam respostas culturalmente esperadas a distúrbios comunitários de maior gravidade pois, segundo a ótica Bororo, as mortes humanas não são casuais mas decorrências de ~~causas naturais~~ ^{malefícios dirigidos} contra as regras da ética comunitária e, a toda morte deve corresponder a morte de outro ser humano ou animal (animais e homens são facetas da mesma coisa). As mudanças sócio-econômicas e políticas sofridas pelos Bororo não lograram alterar substancialmente tal concepção embasada em valores religiosos muito profundos, compartilhados pelos indígenas mais tradicionalistas e progressistas da atualidade. Em nome da salvação, o missionário combateu virulentamente as práticas tradicionais do infanticídio, expressão de poder dos líderes Bororo mais importantes, profanadas como "selvagerias" e "assuntos do diabo" ou "paganismo" que passaram a ser escondidas do branco. Em suma, desconhecemos as práticas de planejamento familiar dos Bororo pela imposição intencional das formas de organização político-religiosa tradicional.

com elas interligadas (produto da "pacificação" e do "amansamento" dos Bororo), desconhecimento este que nos parece ser generalizado para a maioria das populações tribais brasileiras. Desconhecemos igualmente as características populacionais dos Bororo da atualidade pela carência de censos que discriminem classes de idade, sexo, grupo doméstico (subdivididos em metades e olãs), lacunas acrescidas pela dificuldade em obter quaisquer informações mais precisas dada a grande flutuação de indivíduos e grupos entre casas e aldeias por razões das mais diversas: epidemias, mortes, ataques, realização de cerimônias, procura de recursos materiais, brigas, feitiços, etc. Existem portanto "pulsações" demográficas que afetam o conjunto das aldeias Bororo - umas se esvaziando à medida em que outras se incham de moradores mais ou menos perenes - ritmos ou ciclos ainda não investigados. Deste ponto de vista, o censo feito em uma aldeia constituirá apenas um aspecto muito empobrecido e pouco representativo por vezes de processos demográficos intercomunitários muito complexos quanto ao número de fatores. Infelizmente os censos de que dispomos até agora só nos dão totais monolíticos de aldeias cuja constituição interna não é discriminada de modo a permitir quaisquer elaborações.

Digamos que tivéssemos tido acesso a censos demográficos bem feitos discriminando idade, sexo, grupos domésticos, grupos locais, condições políticas e econômicas das aldeias, relações com o branco (tutor e não tutor), política missionária e indigenista da época, ciclos ecológicos e cerimoniais, etc., depararemos ainda com outra dificuldade: a de que estamos tratando com aglomerados de Bororo, por vezes misturados a uns poucos representantes de outras etnias (brancos, negros e outros índios) que não correspondem a aldeias tradicionais e, sim, a uma fusão dos remanescentes destas. A história demográfica Bororo revela uma redução acentuada do número de aldeias sem que as poucas remanescentes se desintegrassem, tal como ocorre em algumas outras populações tribais (Mundurucu, por ex.). Lograram sobreviver apenas as aldeias dependentes do branco, desaparecendo as últimas aldeias de Bororo independentes por volta da década de 50, cujas remanescentes foram absorvidos pelas aldeias subordinadas ao branco.

Aliás, fala-se de duas modalidades de reação ao processo de mudança social desencadeado pela história do contato entre brancos e índios no Brasil: — uma, o esfacelamento gradativo das comunidades indígenas frente às pressões do branco; outra, a regeneração sistemática destas por meio da absorção de estrangeiros de mesma ou de outra tribo. Estas duas modalidades podem se dar concomitantemente no seio de uma mesma população tribal. Trata-se porém de uma construção abstrata que deixa de considerar variáveis importantes tais como as circunstâncias ecológicas, a história local dos contatos interétnicos, pressões regionais, nacionais e internacionais (principalmente pela formação de mercados para produtos coletados ou produzidos pela mão-de-obra indígena), tão importantes quando se trata de entender as implicações sociais dos aglomerados humanos.

Voltando ao caso Bororo, considerar uma aldeia que tenha sido fruto de absorção de remanescentes de aldeias que se desintegraram na história dos contatos interétnicos como constituindo uma unidade de referência para a análise de processos demográficos pode ser um passo necessário mas não suficiente para a comprovação de quaisquer hipóteses de trabalho que se queira formular acerca da sua população na medida em que tal aldeia (hoje um aglomerado populacional de cerca de 100 pessoas em contraste com aglomerados superiores a 1000 para aldeias do passado) está sujeita a pressões sociais responsáveis por flutuações demográficas impostas pelo branco, isto é, de fora dela. Em outras palavras, os processos demográficos observáveis a partir do estudo de populações indígenas da atualidade se acham profundamente interligados a fluxos demográficos que envolvem as populações regionais das adjacências das reservas por assim dizer combatidos pela política segregacionista dos postos governamentais e das missões. Nestas circunstâncias, a tarefa do demógrafo torna-se muito mais difícil já que, no caso de miscigenação, acabam por se diluir os contornos da sua população de estudo em íntimo contato com representantes de outras etnias inseridas no seio das classes menos privilegiadas da população rural brasileira. As dificuldades aumen-

tam em relação direta com o grau de miscigenação interétnica que, no caso Bororo, ainda permanece bastante reduzido.

O sistema de distribuição espacial por ~~XXXXXX~~ reservas indígenas segregadas entre si não implica que as populações indígenas tuteladas sejam autônomas no tocante às decisões relativas à sua vida comunitária, e, conseqüentemente, de sua política demográfica, profundamente influenciada principalmente pelos missionários e pelos chefes de postos que visam impedir o desenvolvimento de padrões espontâneos de interrelações entre brancos e índios. Os Bororo, por ex., são relativamente mais autônomos no que concerne a práticas tradicionais de cunho cerimonial e muito dependentes com relação à obtenção de recursos materiais manufaturados necessários à sobrevivência (roupas, remédios, assistência médica, matérias primas para artesanato, instrumentos de trabalho, alimentos) sobre os quais não dispõem de quaisquer formas de controle. É nas reservas que tais recursos e serviços são sistematicamente distribuídos fazendo com que os Bororo acabem se estabelecendo nelas para usufruírem destes benefícios. Portanto, não se confunda as aldeias Bororo política e economicamente autônomas do passado e suas características demográficas com as de aglomerados demográficos associados a uma economia capitalista auspiciada pela Igreja e pelo Estado brasileiro.

Acredito que seja importante reconhecer o nexo da dominação e subordinação que envolve contingentes étnicamente diferenciados para compreender processos demográficos pois, em Meruri de 1969 (missão salesiana) os Bororo me diziam que não queriam ter filhos porque, por causa do branco, nada ~~para~~ lhes restava que pudessem oferecer aos nascituros. ..